

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O anterior governo PSD/CDS-PP concluiu nos finais de 2014 a privatização total dos CTT – Correios de Portugal, alienando as 47.253.834 ações que o Estado ainda detinha e que representavam cerca de 31,5% do seu capital social. Esta “urgente” operação foi realizada através de um processo de Accelerated Bookbuilding dirigido a investidores internacionais, tal era a sua urgência.

“Um enorme êxito” foi com esta frase que o ministro da Economia do anterior governo PSD/CDS-PP, Pires de Lima, elogiou a venda dos 31,5% do capital que ainda restava ao Estado, salientando ainda que “foi um sucesso objetivo do ponto de vista financeiro” e que os atuais investidores “são bons investidores internacionais e portugueses, o que “é um motivo de conforto”.

Decorridos cerca de 3 anos, verifica-se que o “enorme êxito” e “conforto” desta privatização levou a que o serviço postal universal se tenha vindo a degradar ao longo da vigência da concessão. Degradação, essa, já confirmada pelo regulador da ANACOM que, inclusive, sinalizou junto da empresa “os universos frágeis da operação”.

Em 19 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal, S.A. aprovou um Plano de Transformação Operacional que contempla o encerramento de 22 Lojas, que sob a capa de “Um Plano de Reorientação Estratégica”, ir-se-á traduzir em despedimentos, pior prestação de um serviço público essencial a todos e um enorme desrespeito pela população e eleitos locais.

Com a privatização dos CTT concretizada pelo Governo do PSD/CDS, sabemos bem que se iniciou um processo de transformação da empresa, estando o setor postal a sofrer um rápido processo de mudança que se tem traduzido por uma redução muito significativa do serviço público de distribuição postal, evidenciada no facto de ter ocorrido uma redução dessa distribuição, até então diária, para uma ou, na melhor das hipóteses, duas vezes por semana, a par do rápido crescimento do Banco CTT, talvez o fator determinante da privatização dos CTT. Se a degradação do serviço público de distribuição postal, desde a sua privatização, trouxe, como é por demais evidente, graves prejuízos para as populações, nomeadamente para o setor mais idoso e, por isso, com dificuldades acrescidas de mobilidade, o encerramento da Lojas em causa agravarão de forma inaceitável um serviço imprescindível para a população que aí reside

e aí se desloca para obtenção deste serviço público.

Esta suposta reestruturação terá um reflexo imediato na população do concelho de Loures, mais concretamente na União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, onde o encerramento da mesma irá dificultar o acesso ao serviço postal universal a mais de 35.000 habitantes, criando um ainda maior afastamento entre a população e o serviço público.

Tivemos recentemente conhecimento pela comunicação social que os CTT se preparam para fechar mais 14 lojas, sendo que uma delas será ou em São João da Talha ou na Bobadela, ambas no Concelho de Loures

Conhecemos muito bem os esforços que o atual Governo tem encetado para assegurar e melhorar os serviços públicos. Desde a Educação à Saúde, da Justiça à Segurança Social e Infraestruturas, entre outros, são evidentes as preocupações e o trabalho que o Governo tem desenvolvido no sentido de melhorar, permanentemente e de forma cada vez mais consistente, o bem-estar de todos os cidadãos, com especial evidência para os mais carenciados e com dificuldades acrescidas.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de V. Exa, dirigir ao Governo, através do Ministério do Planeamento as seguintes questões:

1. Tem esse Ministério conhecimento se a Administração dos CTT fez algum estudo e/ou avaliação que sustente o encerramento dos balcões em causa?
2. Em caso afirmativo, são conhecidos os pressupostos em que assentou a avaliação e/ou o estudo e qual a razão para encerrar?
3. Que medidas poderão ser equacionadas no sentido de salvaguardar a manutenção do serviço público de distribuição postal à população afetada no sentido de manter o serviço postal universal junto das populações, nomeadamente em Camarate, Concelho de Loures;
4. Se o Governo tem conhecimento desta nova intenção do Governo em encerrar mais 14 estações de correios, em particular na Bobadela ou em São João da Talha, também no Concelho de Loures.

Palácio de São Bento, 2 de março de 2018

Deputado(a)s

RICARDO LEÃO(PS)

SUSANA AMADOR(PS)

RUI RISO(PS)

ISABEL ALVES MOREIRA(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

WANDA GUIMARÃES(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

Deputado(a)s

MARIA DA LUZ ROSINHA(PS)

VITALINO CANAS(PS)